REFLEXÕES E AÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA NO CENÁRIO DAS AFRICANDIADES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Reflections and actions about teacher training in geography in the scenario of africanities: an experience account

Reflecciones y acciones acerca de la formación docente en geografia em escenario de africanidades: un relato de experiencia

Letícia Maria Bozelli[1]

Patrícia Cristina da Silva[2]

Carla Holanda da Silva[3]

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir reflexões e ações acerca das africanidades no Ensino de Geografia, a partir de experiências e resultados do projeto de pesquisa intitulado "Reflexões e ações acerca da formação docente em Geografia no cenário das africanidades", realizado no Laboratório de Africanidades: Ensino de Geografia, Território e Cultura, na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Tal projeto encontra-se subdivido em duas pesquisas de Iniciação Científica desenvolvidas por bolsistas da Fundação Araucária no período de 2014 e 2015. Neste sentido, pretende-se expor as metodologias dessas pesquisas e os resultados, a fim de fomentar um debate fundamental a Geografia e seu ensino.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Africanidades; Relatos de experiência

Abstract

This text have the objective to discuss ideas and actions about Africanities in Geography Teaching by means of experience and results of the research project entitle "Reflections and actions about teacher training in geography in the scenario of Africanities" realized in Africanities Laboratory: Geography Teaching, Territory and Culture, in the State University of Northern Parana (UENP). This project is divided into two scientific initiation research by scholars of the Araucaria Foundation in 2014 and 2015 period. In this sense, we intend to expose the methods of research and the results in order to foster a fundamental geography debate and its teaching.

Keywords: enseñanza de la geografía; Africanidades; Informes de la experiencia

[1]Licenciada pelo Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Email: lebozelli@gmail.com

[2] Discente do Curso de Licenciatura da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Bolsista de Iniciação Cientifica da Fundação Araucária. Email: paatriciacdasilva@gmail.com

[3] Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Docente do Curso de Licenciatura da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Email: carlaholanda@uenp.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Geografia escolar oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre múltiplas dimensões sociais, culturais, históricas e naturais, de maneira que seja possível compreender melhor o mundo contemporâneo, conforme Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007). Logo, a Geografia Escolar contribui para que o sujeito torne-se experiente em resolver os problemas que o cercam. Isto é, trata-se de um saber estratégico para a construção de uma Leitura crítica e reflexiva destas diferentes dimensões da realidade. Contudo, a fim de que o professor de Geografia consiga construir com seus alunos tal percepção, se faz necessário que o mesmo busque caminhos diferenciados para atingir tais objetivos.

Neste sentido, debates atuais pertinentes ao Ensino de Geografia destacam que a postura do professor pesquisador se faz necessária no processo de construção do conhecimento. Postura esta que, engloba um elemento essencial, a necessidade de compreender a sua ciência, do ponto de vista teórico e metodológico e, especialmente se interessar por ela.

Nas palavras de Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007), percebe-se que a postura de um professor- pesquisador é fundamental à docência e que deve ser entendida como uma atividade intelectual, não apenas para a reflexão acerca da sua realidade, mas especialmente para buscar construir caminhos conceituais ou metodológicos, já existentes ou novos, que possibilitem ao seu aluno a construção do seu conhecimento. Posto que, o professor pesquisador proporciona certamente um mais intenso e agradável processo de ensino aprendizagem aos seus alunos.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar **as** reflexões e ações acerca das africanidades no Ensino de Geografia**,** via apresentação de metodologia, experiências e resultados já alcançados referentes ao projeto de pesquisa intitulado "Reflexões e ações acerca da formação docente em Geografia no cenário das africanidades". O mesmo se desdobrou em duas pesquisas de Iniciação Científica desenvolvidas por bolsistas da Fundação Araucária, entre os anos de 2014 e 2015. As mesmas têm como título: "Reflexões e ações acerca da formação docente em Geografia no cenário das africanidades: uma análise acerca do debate das africanidades no processo de formação docente a partir de teóricos, professores e licenciandos em Geografia"; "Reflexões e ações acerca da formação docente em Geografia no cenário das Africanidades: a partir de grupos de ação ".

Tais pesquisas proporcionaram uma relação intensa com a produção acadêmica, gerando artigos, participação em eventos, produção de oficinas e influenciam diretamente na construção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Assim, as reflexões relatadas aqui, se apresentam inicialmente como uma possibilidade para instigar nos alunos da licenciatura de Geografia e nos professores de Geografia, primeiramente a postura de professor pesquisador, a necessidade de buscar possibilidades outras para o Ensino de Geografia, além do interesse pela questão das africanidades, especialmente no que tange a esfera escolar.

Posteriormente, buscou-se propor debates e práticas pedagógicas acerca desta questão ainda pouco clara tanto aos acadêmicos quanto aos professores da rede básica – O Ensino da Cultura da África e dos Africanos. Posto que, mesmo sendo esta uma obrigatoriedade curricular proposta pela Lei Federal nº 10.639/03, ainda trata-se de um abordagem rarefeita no Ensino de Geografia. Posto que, a visão empregada em parte das escolas e práticas docentes é de que não houve contribuição efetiva dos africanos, especialmente no campo econômico, político e social, ficando restrita apenas a esfera cultural. Logo, a cultura africana ensinada nas escolas é apresentada nos livros didáticos, por meio da visão eurocentrada já conhecida.

Deste modo, incialmente pretende-se abordar uma breve reflexão acerca das africanidades no ensino de geografia enquanto uma necessidade urgente a esta área de conhecimento. Na sequência passa-se ao momento de compartilhar as experiências e resultados da pesquisa em si, logo de seus desdobramentos.

2 A DISCUSSÃO DAS AFRICANIDADES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA NECESSIDADE

A educação é fator determinante para desconstrução de preconceitos e estereótipos, acerca da população afro-descendente, que vem sendo enraizados na sociedade brasileira por uma elite branca e eurocêntrica. Vítimas de uma diáspora forçada pela escravidão, os africanos se viram obrigados a se reterritorializar no Brasil e, devido a um processo de marginalização que se agravou ao longo dos anos e das omissões do poder público, tendo como um marco relevante neste processo a abolição da escravatura, estes foram automaticamente deixados à margem da sociedade brasileira da época. Atualmente, ainda com resquícios deste processo, os afro-descendentes[4] sofrem com preconceitos e estereótipos em função do seu passado.

Neste sentido, "[...] a Lei 10.639 promulgada em janeiro de 2003, é atualmente o principal instrumento de combate ao racismo no campo da educação" (SANTOS, 2011, p.5) e,

[4] "O termo afrodescendente se refere aos /às descendentes de africanos(as) na diáspora, em contextos de aproximação política e cultural, e é utilizado como correlato de negros(as) (ou as vezes "pretos") nos países de língua portuguesa, como o Brasil, de *african american, na língua inglesa, em países como o Estados Unidos (onde também se usa o termo black)."* (BRASIL, 2006, p. 2015)

aliada ao Ensino de Geografia pode se tornar imbatível, se bem utilizada pelos professores. Logo, a Lei tem como objetivo maior fazer com que haja uma discussão por parte dos professores acerca da identidade positiva em detrimento da negativa da África e dos africanos. Além das discussões acerca das contribuições deste povo para a construção do Brasil.

Isto é, discussões que abordem com seus alunos a sociedade africana em sua diversidade, não vista como uma civilização tribal mas, sim como uma sociedade que está em desenvolvimento, que possui uma dinâmica política e social contemporânea e diversa, que busca manter suas culturas, assim como as demais sociedades. Uma vez que, consequentemente, deste processo tende-se a valorização do afrodescendente no Brasil, a fim de que haja um auto reconhecimento, logo a afirmação de um espaço na sociedade brasileira distante de preconceitos.

Nesta perspectiva de relevância do debate, Santos (2011, p. 5) afirma que "A Lei reposiciona o negro e as relações raciais na educação [...] chamando a atenção para como conhecimentos aparentemente neutros contribuem para reprodução de estereótipos [...]" Faz-se assim, uma Lei que não admite a promoção de valores racistas e chama a responsabilidade para os professores, propondo o desafio de uma educação para igualdade racial e social.

Contudo, mesmo a Lei propondo tal empoderamento aos alunos, ainda é pouco atendida no contexto escolar. Alguns teóricos como Santos (2011; 2013) e a própria pesquisa desenvolvida e relatada aqui, ressaltam que tal cenário se faz em função do despreparo dos docentes, dos materiais didáticos escassos ou pautados numa visão eurocêntrica, da ausência de publicações acadêmicas que tratem desta questão ou ainda do próprio desinteresse dos professores pela questão.

Corroborando neste sentido, Araújo (2012, p. 122) destaca que

> Várias são as causas desta exclusão: currículo homogêneo, que exclui a diversidade étnica e cultural que se faz presente no ambiente educacional; materiais didáticos, que não correspondem à realidade da maioria dos estudantes; falta de formação inicial e continuada aos profissionais da educação para trabalhar com uma abordagem pedagógica que atenda aos interesses dos diferentes sujeitos que frequentam a escola, assim como, para lidar com as questões de discriminação, preconceito e racismo que ocorre no espaço escolar.

Assim, de acordo com esses impasses que reproduzem-se também no cenário geográfico, fez-se necessário desenvolver pesquisas neste sentido, a fim de investigar tal realidade e propor encaminhamentos para as práticas docentes. Vale destacar que, a pesquisa relatada foi desdobrada em duas, a primeira trata da dificuldade encontrada em relação à formação dos professores – inicial e continuada, uma vez que a Lei encontra um " [...] ambiente escolar

composto majoritariamente por atores que não foram preparados para construir uma educação anti-racista, bem como materiais pedagógicos inadequados [...]" (SANTOS, p. 08, 2011). Deste modo, buscou-se investigar como as formações para as africanidades no cenário da Geografia estão se realizando a fim de preparar os docentes para a inserção deste debate em suas práticas.

O segundo desdobramento diz respeito à analise teórica, reflexiva e propositiva acerca do cenário das africanidades no Ensino de Geografia via pesquisas bibliográficas, proposição de grupos de estudos e demais ações que investigaram, discutiram e apresentaram procedimentos metodológicos para as práticas docentes à luz da Lei nº 10.639/2003 no âmbito da Geografia. Visto que, há a necessidade de inclusão desta questão no cotidiano escolar, a fim de propiciar uma educação anti-racista, uma vez que a realidade que desenha-se aponta para uma exclusão substancial de pretos e pardos que, justifica-se na falsa ideia de democracia racial existente.

Ambos desdobramentos apresentaram resultados relevantes que contribuem para o pensar das africanidades no Ensino de Geografia e, propor ações. Visto que, trata-se ainda de uma questão pouco explorada ou pouco visível no cenário geográfico, de uma necessidade a ser abordada tanto no âmbito da pesquisa quanto do ensino.

3 AFRICANIDADES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

A partir deste cenário de necessidade de discussões, reflexão e proposição acerca das africanidades e o Ensino de Geografia, estabeleceu-se duas problemáticas de pesquisa que visaram contribuir neste sentido.

A primeira buscou tratar da dificuldade na formação docente acerca da questão, intitulada "Reflexões e ações acerca da formação docente em Geografia no cenário das africanidades: uma análise acerca do debate das africanidades no processo de formação docente a partir de teóricos, professores e licenciandos em Geografia". Tal pesquisa originou inúmeras publicações em eventos acadêmicos e um Trabalho de Conclusão de Curso.

Tal investigação teve como objetivo refletir a formação docente acerca das africanidades, mais especificamente em torno do Ensino da Cultura da África e dos Africanos, presente na Lei Federal nº. 10.639/03 e na Geografia Escolar. Bem como, investigar o conhecimento dos professores de Geografia da rede básica estadual, do município de Uraí, dos professores do ensino superior, do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual

do Norte do Paraná (UENP) e, dos licenciandos em Geografia, da referida universidade, acerca da Lei e da questão das africanidades em si, uma vez que estes últimos serão futuros professores.

Neste sentido, esta pesquisa teve como guia os seguintes questionamentos: Em relação aos professores já atuantes, estes realizam formação continuada acerca desta nova temática e a colocam em prática? A Lei nº 10.639/03 é desenvolvida em seu cerne pelos docentes atuantes tanto na rede básica quanto no meio acadêmico? Como o licenciando de Geografia está sendo preparado para abordagens sobre as africanidades no meio acadêmico?

Para tanto, nesta primeira pesquisa os procedimentos metotodológicos utilizados para chegar a tais objetivos foram pautados em uma pesquisa de caráter exploratório.

A primeira etapa tangia a busca e discussão de bibliografias, na qual foram realizados grupos de estudos acerca das africanidades no Ensino de Geografia.

A segunda etapa, constitui a investigação acerca do conhecimento dos docentes de rede básica e dos docentes já atuantes e os futuros, que cursavam a licenciatura em Geografia na UENP via entrevistas e questionários. Neste caso foram entrevistados ao todo 69 pessoas, sendo seis professores da rede básica estadual em Uraí/PR, seis professores do colegiado de Geografia da UENP e 57 licenciandos do curso de Geografia da UENP. Em relação aos discentes, as entrevistas foram realizadas com todos licenciandos presentes em sala no dia da aplicação. Tais entrevistas foram realizadas entre os anos de 2014 e 2015.

As entrevistas para os três grupos foram elaboradas de forma semi-estruturada, com perguntas objetivas e discursivas. Foram aplicadas, individualmente, com cada professor, tanto no grupo de professores da rede básica quanto da universidade. Vale destacar que, a pesquisadora buscou realizar intervenções a fim de que fosse possível perceber as ações docentes por meio do diálogo e, no caso das entrevistas da rede básica de ensino, em um espaço não escolar, a fim de que os docentes se sentissem menos influenciados no momento das respostas dos questionamentos.

Com relação aos alunos da Licenciatura em Geografia da UENP, foram aplicados questionários semi-estruturados e, estes foram respondidos individualmente sem a intervenção do entrevistador.

A terceira etapa foi referente a sistematização destes debates e investigações e publicações destes resultados em periódicos acadêmicos, eventos e trabalhos de conclusão de curso.

Concomitante as etapas acima, foram realizados os Grupos de Ação, no qual foram realizadas oficinas que propunham praticas docentes e reflexões diversas acerca da questão junto

ao público – os licenciandos do Curso de Licenciatura em Geografia da UENP. Tal momento de pesquisa configurou-se como elo entre os dois desdobramentos da investigação, uma vez que ambo investigaram a questão das africanidades, todavia, a partir de olhares distintos. De modo que, na proposição de grupos de ação, via oficinas, os desdobramentos de pesquisa se encontraram e atuaram de forma conjunta.

Diante destas metodologias, alguns resultados foram apresentados, especialmente a partir da primeira e segunda etapa deste desdobramento de pesquisa. Isto é, a partir das entrevistas realizadas com professores dos dois níveis de formação e discentes do curso de Geografia.

No que diz respeito aos professores de Geografia atuantes na rede básica estadual do município de Uraí, foi percebido ao longo deste trabalho, que estes possuem as Equipes Multidisciplinares[5] que funcionam como capacitação para a compreensão dos temas relacionados às africanidades. Isto é, via Equipe Multidisciplinar, o docente que se formou antes da promulgação da Lei, adquire conhecimento acerca dos objetivos e importância da Lei. Bem como, a forma como produzir materiais didáticos pedagógicos que abordem o tema, de maneira a contribuir para uma construção do conhecimento junto ao aluno, pautada na educação para relações étnico-raciais.

Dentre os seis professores da rede básica entrevistados, três deles desenvolvem efetivamente a Lei em seu cerne, isto é, a tomam como postura, sendo que os demais a desenvolvem apenas pontualmente.

Isso se deve, ao fato desses terem dificuldades de tratar o tema em sala, de não encontrarem materiais didáticos pedagógicos, como por exemplo o próprio livro didático, que tragam conteúdos desmistificados e desprovidos de preconceitos.

Outro motivo percebido é o desinteresse por parte do docente, pois apesar de cinco dos seis professores entrevistados terem participado das Equipes Multidisciplinares, alguns não mostraram interesse em levar os conhecimentos adquiridos para a sala de aula.

Por outro lado, há os professores que se empenharam e uniram as Equipes Multidisciplinares às ações de professor pesquisador, resultando na efetivação da Lei nº 10.639/03.

[5] "São espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei nº 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08[5], bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná" (PARANÁ, 2015, p.1).

Portanto, apesar dos professores da rede básica entrevistados terem subsídio para o desenvolvimento da Lei nº 10.639/03 via Equipes Multidisciplinares, a metade deles negligencia este conhecimento, por falta de materiais adequados e, consequentemente, por não exercerem o papel de professor pesquisador. Assim, observa-se que trata-se de um número preocupante, uma vez que cinco dos seis professores tem acesso às Equipes.

Com relação as entrevistas realizadas com os docentes do Curso de Licenciatura em Geografia da UENP, percebe-se que a situação da Lei no âmbito acadêmico da UENP é ainda mais preocupante. Apesar de o tema ser contemplado na disciplina de Antropologia e Geografia Cultural, nota-se pelas entrevistas com os alunos que o aprendizado não foi tão significativo. Posto que, não foi recordado pelo alunado, mostrando dessa forma que há uma necessidade desse tema ser abordado, diretamente, em mais disciplinas.

Fator inquietante também é a negligência da questão ou da Lei em si por parte das disciplinas de Ensino de Geografia do Curso de Licenciatura em Geografia da UENP. Posto que, essas disciplinas são extremamente relevantes para a formação didático pedagógica dos futuros docentes e, se esse tema não é abordado neste âmbito, uma lacuna se instala na formação do acadêmico.

Outra questão problemática percebida nas análises das entrevistas foi o desinteresse demonstrado por parte dos discentes da UENP em relação à temática. Este fator é alarmante, pois se o aluno não exige que o professor apresente a Lei nº 10.639/03 em suas disciplinas, este não observa como uma real necessidade a construção de saberes a respeito das africanidades e de uma educação anti-racista em sua prática docente.

Por fim, observa-se que na esfera da rede básica, professores caem no descuido da falta de renovação dos conhecimentos e são "ajudados" pela falta de materiais adequados. E, no âmbito acadêmico as abordagens são ainda pontuais e não constituem algo significativo para os discentes[6].

Deste modo, conclui-se que ainda existe uma parcela significativa, dentre os professores entrevistados, tanto na rede básica quanto no ensino superior, que não atribuem importância a estas abordagens em sala de aula e acabam propagando conteúdos racistas e preconceituosos. Logo, percebe-se que neste primeiro desdobramento do projeto de pesquisa os resultados

[6] As análises aprofundadas desses resultados estão no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "A formação docente inicial e continuada em geografia para as africanidades: uma análise a partir da realidade da licenciatura em geografia da UENP e dos docentes de geografia do ensino básico de Uraí/PR.".

revelam uma realidade preocupante, que carece de formação, de reflexão e proposição de sequencias didáticas, a fim de que os docentes possam ser auxiliados neste processo.

Diante deste contexto, o segundo desdobramento desta pesquisa, visou apresentar análises teóricas, reflexivas e propositivas acerca das africanidades diante do contexto da formação para o Ensino de Geografia. O mesmo teve como título "Reflexões e ações acerca da formação docente em Geografia no cenário das Africanidades: a partir de grupos de ação".

Tal investigação teve como objetivo primeiro refletir e propor metodologias acerca da Lei 10.639/2003, considerando a sua obrigatoriedade em todos os âmbitos do Ensino, em redes pública ou privada, esta pesquisa teve como primeira etapa a realização de levantamentos em Revistas Acadêmicas acerca das produções que diziam respeito a questão das africanidades, fosse no plano teórico e/ou propositivo. Tal fase se fez necessária para maior compreensão acerca da temática no âmbito do Ensino de Geografia e, também em função da pouca produção encontrada sobre o tema.

Deste modo, inicialmente foram selecionadas Revistas Acadêmicas de acordo com o sistema de classificação *Qualis* da CAPES[7] que partiam de *Qualis* A2 ao B3, que possuíssem lançamentos *On-line*. A partir das Revistas Acadêmicas encontradas, sendo estas de Geografia e Ensino/Educação que pontuavam na Geografia, foram sendo analisados todos os volumes destas desde o ano de 2003, sendo este o ano de promulgação da Lei nº 10.639.

Os resultados obtidos a partir dos levantamentos realizados foram negativos, visto que reflexões acerca das mesmas, mesmo após doze anos de sua sanção caminham a passos lentos nas áreas pesquisadas. Porém, no âmbito da Geografia o debate encontra-se ainda mais fragilizado e/ou invisibilizado, pois o número de publicações acerca da temática são ainda menos expressivos que na área de Ensino/Educação de modo geral. Fato que leva a preocupação e reflexão, visto que esta Lei é obrigatória.

Sendo assim, diante desta primeira fase da pesquisa percebeu-se que os resultados são predominantemente negativos, isto é, inexpressivos, tendo a Lei nº 10.639/2003 um longo caminho a percorrer até sua efetivação de fato, sendo este de reflexões e debates.

Após tais levantamentos, iniciou-se uma segunda etapa da pesquisa na qual foram realizadas sistematizações dos dados obtidos, a fim de que além deste panorama acerca das publicações que tangem as africanidades, especialmente no âmbito da Geografia, também fossem pesquisadas reflexões acerca de sequencias didáticas ou ainda métodos didáticos à luz da Lei

[7] Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

passiveis de aplicação no Ensino de Geografia. Tal etapa da pesquisa ainda está em andamento, contudo dentre as publicações identificadas algumas reflexões propositivas já foram encontradas.

Assim, em função de tais resultados iniciou-se a terceira etapa da pesquisa que propôs a realização de Grupos de Estudos reflexivos acerca do cenário das Africanidades e Grupos de Ação, via oficinas, que buscaram retratar a importância da discussão e explanação das investigações e resultados alcançados pelo grupo de pesquisa até então. Tais ações foram subsidiadas pelo Laboratório "Africanidades: Ensino de Geografia, Território e Cultura", sediado no curso de Licenciatura em Geografia da UENP. O mesmo busca introduzir no contexto universitário um debate acerca da Educação anti-racista proposta pela Lei 10.639/03, visto que no âmbito acadêmico geográfico tal debate ainda é escasso.

Diante disto, inicialmente nesta terceira etapa foram realizados os Grupos de Estudos que contavam com a participação efetiva da Orientadora Carla Holanda da Silva e bolsistas do Laboratório que conduziam as discussões e, também de alunos do curso de Geografia. A participação dos alunos não se dava em sua maioria, contudo alguns públicos eram atuantes como os bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – que participaram com impressões, opiniões e reflexões obtidas a partir da Leitura de textos indicados, anteriormente, para discussão.

As reflexões centraram-se incialmente em temáticas acerca do conceito de Raça, com "O que é essa tal de Raça? " de Quijano (2013). Esta discussão gerou muitas dúvidas entre os participantes acerca da política de cotas raciais. De modo que, fez se necessário num encontro posterior que tal tema fosse abordado. Este segundo encontro para realizar tal discussão resultou em olhares divergentes, defesas de ambas as partes e aprendizados. Por fim, foi discutido o texto "O Ensino de Geografia e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639" de Santos (2013). Para encontros posteriores ainda ficaram reflexões como: "Mulher Negra: possibilidades de trabalho em sala de aula" de Marçal (2010); "Educação, Raça e Gênero: Relações imersas na alteridade" de Gomes (1996) e; "Migrações e trabalho no Brasil: Fatores étnico-nacionais e raciais" de Vilela, Collares e Noronha (2015).

As discussões realizadas se mostraram de fundamental importância para a formação docente. Sendo assim, os trabalhos do Grupo de pesquisa não findaram-se após o Grupo de Estudos. Neste sentido, concomitantemente a Semana da Consciência Negra e ao Simpósio de Geografia que é realizado anualmente na UENP, foi realizado o "I Seminário de Geografia e Africanidades" que tinha como objetivo a discussão, reflexão e apresentação de propostas

didáticas que instigassem os discentes do curso de Licenciatura em Geografia para um trabalho com a Lei nº 10.639/03.

Deste modo, o primeiro dia do Seminário, dia 17 de novembro de 2015, foi marcado pela mesa de reflexão e apontamentos composta pela Doutoranda em Ciências, Sociais Mariana Panta e pelo integrante da Associação de Negros Procopenses (ANEPRO) Ivaí Lopes Barroso. Os mesmos expuseram respectivamente suas pesquisas e trabalhos. No segundo dia do Seminário, as bolsistas do Grupo de Pesquisa apresentaram sequencias didáticas para serem trabalhadas em sala de aula, partindo da exposição para a prática. Neste momento, foram aplicados para todos os discentes e demais interessados três dos seis planos de aula disponíveis em mídia digital (CD), que a eles foram entregues. E, para encerrar o I Seminário, foi realizado o "Cine África" com o filme "Vista minha pele[8]" com a proposta de discussão após a visualização.

Vale destacar que este segundo desdobramento de pesquisa ainda está em andamento, realizando levantamentos teóricos e junto a produções de revistas acadêmicas, a fim de verificar num espectro mais amplo possíveis produções que possam pautar as ações docentes.

Sendo assim, observa-se que as pesquisas desenvolvidas e relatadas aqui buscaram, e ainda o fazem, auxiliar e contribuir para o avanço e efetivação da Lei nº 10.639, especialmente no que tange as atuações junto ao alunado do Curso de Licenciatura em Geografia da UENP. Posto que, entende-se que estes como futuros profissionais atuantes em instituições privadas e públicas de ensino, devem refletir acerca da relevância do olhar partindo do outro e, distanciando-se do padrão eurocêntrico, logo, o olhar do colonizador, levando assim a Lei n º 10.639, logo a questão das africanidades à realidade da sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta reflexão pode-se perceber que o debate das africanidades no cenário geográfico, seja no âmbito da pesquisa ou do ensino configura-se como uma necessidade, uma vez que trata-se de um debate ainda pouco visível, sendo negligenciado tanto na esfera da rede básica de ensino quanto na acadêmica, mesmo sendo a Lei nº 10.639/2003 obrigatória e com diversas possibilidades de aplicabilidade no âmbito escolar e acadêmico.

Assim, diante deste contexto a presente produção buscou abordar **as** reflexões e ações acerca das africanidades no Ensino de Geografia**,** via apresentação de experiências e resultados já alcançados referentes ao projeto de pesquisa intitulado "Reflexões e ações acerca da

[8] Produção nacional, dirigida por Joel Zitto Araújo e produzida por Casa de Criação/Ceert, 2004, São Paulo.

formação docente em Geografia no cenário das africanidades". O mesmo desdobrou-se em duas subpropostas de pesquisa entre os anos de 2014 e 2015, sendo elas: "Reflexões e ações acerca da formação docente em Geografia no cenário das africanidades: uma análise acerca do debate das africanidades no processo de formação docente a partir de teóricos, professores e licenciandos em Geografia"; "Reflexões e ações acerca da formação docente em Geografia no cenário das Africanidades: a partir de grupos de ação ".

A primeira subproposta revelou negligência por parte dos docentes tanto na dimensão da escola básica, de Uraí – PR, quanto acadêmica, junto a Licenciatura em Geografia da UENP, diante do atendimento da Lei em questão e do trato das africanidades em suas práticas docentes. Realidade que ascende um alerta, posto que observa-se que o meio acadêmico apresenta falhas nesta questão e, na rede básica os professores também as mesmas ocorrem, pois mesmo diante participação em capacitações os docentes não as colocam em prática como postura cotidiana. Vale destacar também, como fator revelado e que pode influenciar tal negligência, a escassez de materiais didáticos que auxiliem estas ações.

A segunda pesquisa incialmente também revela realidades preocupantes, pois apresenta uma invisibilidade na produção acadêmica da questão das africanidades ou da Lei nº 10.639/2003, especialmente no que tange as áreas da Geografia, Ensino de Geografia/Educação. Na sequência, a mesma investigação revelou ações interessantes que buscaram inserir a questão na realidade acadêmica, via oficinas e eventos acadêmicos.

Deste modo, percebe-se que ambas propostas de pesquisa, ou seja, o projeto em si revelou realidades para a reflexão e instigação, do docente de Geografia e futuro docente, para o trabalho com a Lei nº 10.639. Uma vez que, o mesmo faz se fundamental no contexto atual, especialmente quando conhecimentos acerca da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira encontram-se repletos de estereótipos. E, revelou também realidades de ação que buscaram trazer o acadêmico para o debate e para a produção de práticas docentes.

Portanto, os resultados encontrados em ambas as pesquisas voltam-se para a necessidade de trabalho com a Lei nº 10.639/2003 no âmbito da Geografia, comprovando que a mesma tem um longo caminho a percorrer, inicialmente pela dificuldade de discussão desta em salas de aula e, em seguida pela fragilidade encontrada em publicações acerca da Lei em Revistas Acadêmicas Geográficas. Neste sentido, ambas propostas e reflexões quando conciliadas trazem uma discussão inicial e necessária para a Geografia no contexto atual.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jurandir Almeida de Almeida. Educação, Desigualdade e Diversidade: grupos menos favorecidos frente ao sistema escolar brasileiro. **Revista ABPN**, v. 4, n. 8. p. 114-125, out. 2012.

BOZELLI, Letícia Maria**. A formação docente inicial e continuada em Geografia para as africanidades**: a partir da realidade de Uraí/PR e UENP. Monografia (Graduação em Geografia) **–** Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Raça e Gênero: Relações imersas na alteridade. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E I CONFERÊNCIA: RELAÇÕES ÉTNICAS E RACIAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 20., 1996. **Anais...** Campinas: Cadernos pagu, 1996. p. 67-82.

MARÇAL, Maria Antônia. Mulher negra: possibilidades de trabalho em sala de aula. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, sem p., fev. 2010.

PARANÁ. Secretaria Estadual da Educação. **Equipes Multidisciplinares**. Disponível: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=560>. Acesso em: 26 ago. 2015.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETEN. H. **Para ensinar e aprender Geografia.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, R. E. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, vol.7 nº 1, 2011. p. 4-23

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** O negro na Geografia do Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 21-42.

QUIJANO, Anibal. O que é essa tal de raça? In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais:** O negro na Geografia do Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 43-52.

VILELA, Elaine Meire; COLLARES, Ana Cristina Murta; NORONHA, Claudia Lima Ayer de. Migrações e trabalho no Brasil: Fatores étnico-nacionais e raciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p.19-43, fev. 2015.